

ARQUIOLOGIA E A HISTÓRIA NO PEDAGÓGICO ESCOLAR NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU/RB/BR

FRANCISCO JANILDO SOBRINHO

Pós-doutorando em da Universidad de Desarrollho Sustentáble – UDS, janildodejacinto@gmail.com

ERIVANEIDE DOS SANTOS LIMA

Doutoranda do Curso de Ciências da Educação da Universidad de Desarrollho Sustentáble – UDS, erivaneide242@gmail.com

RESUMO

Este Artigo apresenta os resultados alcançados com a realização de um trabalho escolar baseado em trilhas e caminhos do turismo local no município de Ipanguaçu/RN/BR, mais especificamente na zona rural, contemplando o Sítio Arqueológico Cachoeirinha que tem marcas de registros indígenas e a Casa Forte de Lagoa de Pedra, constituindo-se em um acervo arqueológico, histórico, turístico e cultural a ser explorado por professores e estudantes da Educação Básica deste município. Objetiva mostrar a importância que tem o “Complexo Turístico” para o conhecimento arqueológico, histórico local e regional, além do estudo social e econômico por meio do trabalho pedagógico desenvolvido nas Escolas Públicas.

Palavras-Chave: Educação Básica, Turismo Local, Sítio Arqueológico.

INTRODUÇÃO

A possibilidade de inserção do estudo do Complexo Turístico Rural de Ipanguaçu/RN/BR, inserindo o Sítio Arqueológico e a Casa Forte nas atividades programadas pelas disciplinas de História e Geografia do Ensino Fundamental e Ensino Médio das Escolas Públicas do Município de Ipanguaçu/RN/BR demonstra a importância de se ofertar aulas de campo motivadoras e instigadoras do trabalho de pesquisa pelos estudantes a partir das visitas a estes espaços tão enriquecidos de materiais arqueológicos, históricos e informações por muitas vezes deixadas no tempo pelos registros de historiadores e pesquisadores e que são fundamentais para a construção da história do município.

Assim, esse trabalho tem como objetivo apresentar a importância arqueológica, histórica, antropológica, geográfica, econômica, social e cultural que têm estes locais para a identificação de fatos e registros que ajudam a conhecer melhor e aprofundar estes fatos no sentido pedagógico do ensinar e aprender.

A ideia de realizá-lo surgiu de estudos históricos anteriores que se transformaram em dissertação do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado e abrem espaços para a possibilidade de se terem sítios arqueológicos no município de Ipanguaçu/RN/BR conforme mostram os materiais encontrados. Os mesmos foram descobertos durante a realização de atividades do Projeto de utilização de atividades do turismo rural enquanto instrumento de aprendizagem e aguçamento da curiosidade e do despertar para o estudo de pesquisa na coleta de materiais com características arqueológicas que contribuem para o conhecimento da formação histórica dos espaços geográficos e da história da formação social, política, econômica e cultural do município e os demais que se encontram localizados na chamada Ribeira do Açú/RN/BR e, conseqüentemente, do Estado do Rio Grande do Norte.

A questão problematizadora que deu origem à proposta de realização de um projeto que contemple as possibilidades na realização de aulas de campo usando como estratégia o Complexo Turístico de Ipanguaçu/RN/BR não explorado, até que ponto é possível adotar o Turismo Rural enquanto estratégia pedagógica do ensinar e aprender Arqueologia e História com estudantes de 6º ao 9º ano e Ensino Médio no Município de Ipanguaçu/RN/BR?

Nesta perspectiva e, tomando como referência a curiosidade investigativa que proporcionou aos autores deste trabalho pensar e concretizar atividades didático-pedagógicas é que foi traçado um mapa com roteiro turístico-cultural para visitaçaõ e estudos sobre como se deu a colonizaçaõ e formaçaõ da história do Município de Ipanguaçu/RN/BR, da região do Vale do Açu/RN/BR e do Estado do Rio Grande do Norte.

Por se tratar da apresentação dos resultados de um trabalho pedagógico que se realizou na disciplina de História e que se tornou mais consistente a partir de uma pesquisa que culminou em uma dissertação de mestrado, aponta-se como desenho metodológico o paradigma qualitativo-interpretativista com enfoque histórico-arqueológico dentro de uma linha de pesquisa específica das Ciências Humanas e Sociais, tendo como ponto basilar as questões históricas, geográficas e arqueológicas da região e a dimensão pedagógica deste tipo de turismo.

A grande contribuição, no entanto, está no caráter pedagógico do trabalho realizado com estudantes, coordenado por um docente que recebe apoio das Escolas e da Secretaria Municipal de Educação de Ipanguaçu/RN/BR para desenvolvê-lo e que poderá fazer com que outros olhares, principalmente de arqueólogos, se voltem para esta região que também tem muito a oferecer para a compreensão da história dos povos que aqui habitavam e que registravam sua história e seu modo de viver por meio de marcas deixadas em rochas e outros materiais que estão sendo descobertos de forma gradativa.

METODOLOGIA

Definidos os espaços que seriam utilizados como roteiros para a realização das aulas de campo, observando-se a pesquisa qualitativa-interpretativista com enfoque histórico-arqueológico dentro de uma linha de pesquisa específica das Ciências Humanas e Sociais, iniciaram-se os primeiros diálogos com a equipe pedagógica das Escolas Públicas do Município de Ipanguaçu/RN/BR das duas redes Estadual e Municipal, para que fosse apresentada a proposta de trabalho pedagógico que pudesse contribuir com os estudos históricos dos estudantes da Educação Básica, principalmente dos anos/séries escolares compreendidos de 6º ao 9º ano ao ensino médio.

Dessa forma, incluir-se-ia nos roteiros turístico pedagógico: a Casa Forte localizada em Lagoa de Pedra, o Sítio Arqueológico localizado no Sítio Cachoeirinha e a Lagoa de Ponta Grande. Entretanto, neste trabalho serão

apresentadas atividades desenvolvidas com algumas Escolas Públicas do Município que realizaram estudos na Casa Forte próxima à Lagoa de Pedra, no Sítio Cachoeirinha e na Lagoa de Ponta Grande, por apresentarem relação estreita com os achados arqueológicos da história da colonização da Ribeira do Açu/RN/BR.

Proposta aceita, partiu-se para as possibilidades de execução e definição de papéis no projeto: o que seria de responsabilidade das escolas e o que seria de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Ipangaçu/RN/BR/ através da Secretaria Municipal de Educação. Às escolas caberia o acompanhamento sistemático do projeto e à Secretaria Municipal de Educação caberia a oferta de infra-estrutura necessária, incluindo a locomoção.

Iniciava-se o trabalho pedagógico por meio da definição e elaboração dos instrumentos que subsidiariam os estudantes durante a visita aos locais que compõem o roteiro turístico com a mediação do professor: questionários com perguntas abertas e fechadas a serem respondidas pelo professor e observação in loco, com registros em diário de campo, a fim de que se pudesse produzir os relatórios – procedimentos utilizados para a análise dos dados obtidos – que seriam apresentados por meio de Seminários para as demais turmas das escolas, motivando-os a participarem da atividade proposta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Arqueologia e a história: possibilidades para o trabalho educativo por meio do turismo rural

A história registra fatos que, quando pesquisados documentos como Cartas Patentes registradas na época da colonização da Capitania do Rio Grande, demonstram a possibilidade de ter sido em Lagoa de Pedra, espaço pertencente ao município de Ipangaçu/RN, o local onde começou a colonização da região conhecida como a Ribeira do Açu/RN pela existência de marcas e registros arqueológicos que demonstram haver existido uma grande ocupação indígena em locais pertencentes a esta área geográfica.

Suas considerações sobre a terra visitada dão conta de que as informações repassadas têm relação estreita com a localização geográfica da região do Vale do Açu/RN/BR, citando, inicialmente, o rio que recebe a denominação Açu/RN/BR, que quer dizer “Grande”:

Este rio também chamado de Otshunogh, penetra, no continente em direção ao Austro numa distância de mais de 100 milhas. A uma distância de mais de vinte e cinco milhas do litoral, acha-se o grande lago Bajatagh, com grande quantidade de peixes. À esquerda deste, em direção ao nascente, acha-se outro chamado de Igtug, pelos indígenas, mas ninguém penetra nele, por causa dos peixes que mordem e são muito inimigos do homem. A este fica adjacente ao vale Kuniangeya, tendo comprimento de 20 milhas e a largura de duas. Atravessa-o o rio Otshunogh, abundante de peixes: aí se encontra grande abundância de animais silvestre. (MARCGRAVE,1942,apud AIRON, 2010, p.13)

O contexto ora apresentado situa a problemática da pesquisa fundamentada nas informações dadas por Jorge Marcgrave, que demonstram que as terras por ele descritas são relativas à região do Vale do Açu/RN/BR, uma vez que o rio a que ele se refere é o rio Açu/RN/BR, o lago Bajatagh é a Lagoa do Piató localizada em Açu/RN/BR e o outro lago descrito como Igtug, refere-se à Lagoa de Ponta Grande localizada no município de Ipanguaçu/RN/BR, onde se situa uma casa com características de Casa de Fazenda ou Casa Forte, distante uns 6 Km do Sítio Arqueológico de Cachoeirinha, que tem inscrições feitas nas próprias pedras e que podem ter sido feitas pelos índios habitantes da Ribeira do Açu/RN/BR.

Estudos realizados por MONTEIRO, SUASSUNA & MARIZ, MOURA, MEDEIROS, CASCUDO, TAVARES DE LYRA, entre outros, instigam e aguçam a curiosidade para que se averigüe as questões concernentes à formação de uma região que sempre apresentou grande acervo histórico, arqueológico, econômico e cultural no Rio Grande do Norte e que necessita de novos olhares sobre esta realidade, ampliando os estudos já realizados e produzindo novos estudos que colaborem para que a história do povo da Ribeira do Açu/RN/BR seja mais bem conhecida.

Insere-se, portanto, nesse contexto, a proposta de se desenvolver atividades pedagógicas que possam incentivar os estudantes a se interessarem cada vez mais pela história local e Arqueologia por meio do turismo rural, instrumento pouco difundido na região e no município de Ipanguaçu/RN/BR e que pode se constituir em ferramenta do trabalho pedagógico escolar para oportunizar aos estudantes uma série de atividades que contribuem para aguçar o espírito investigativo e a construção do conhecimento em uma perspectiva analítico-crítica.

Questões que nortearam as primeiras ideias de proposição de realização da pesquisa para desenvolvimento de um trabalho em nível de mestrado

ganharam forma e passaram a ser discutidas em sala de aula, surgindo, daí, a proposta de programar aulas de campo para melhor estudar as potencialidades históricas, arqueológicas, culturais, econômicas e pedagógicas do material disponível em abundância no quadrante conhecido como a Ribeira do Açú/RN/BR no espaço compreendido entre Açú/RN/BR e Ipangaçu/RN/BR, definido nos estudos de Jorge Marcgrave que a descreve como sendo uma região que tem um grande rio: o rio Açú/RN/BR, um lago também grande - o lago Bajatagh, que é a Lagoa do Piató localizada em Açú/RN/BR e um lago descrito como Igtug, que se refere à Lagoa de Ponta Grande, localizada no município de Ipangaçu/RN/BR.

Turismo rural de Ipangaçu: possibilidades para o trabalho pedagógico

A experiência pedagógica vivenciada com os estudantes do ensino fundamental e médio das Redes Públicas: Estadual e Municipal de Ipangaçu/RN/BR com a realização de aulas de campo inseridas no Projeto: **“Turismo rural de Ipangaçu: Possibilidades para o Trabalho Pedagógico”** constou de um processo didático-pedagógico compartilhado com o setor pedagógico das escolas, pais e estudantes para se conseguir a adesão ao mesmo.

Algumas etapas foram cumpridas, desde a sua elaboração até a execução e culminância que se deu com a apresentação dos resultados obtidos por meio de Seminários.

Neste artigo estão relatados de forma sucinta alguns momentos que foram registrados durante a execução das aulas de campo nos diversos espaços que estão selecionados na composição do Roteiro Turístico Rural de Ipangaçu:

Aula de Campo na Serra do Cuó, localizada na comunidade de Luzeiro-Ipangaçu/RN/BR, com os Educandos da Escola Municipal Maria da Salete Ribeiro-Centro-Ipangaçu/RN/BR.

A aula de Campo realizada com os estudantes de 6º ao 9º ano para a Serra do Cuó objetivou estudar conteúdos da área da Geologia, Geografia, História e Meio Ambiente, dando continuidade à proposta de inserir o Turismo Rural no trabalho pedagógico escolar do município de Ipangaçu/RN/BR. Seguindo a mesma metodologia aplicada as aulas realizadas com outras escolas, os estudantes receberam explicações do professor e observaram o

espaço e a formação geológica da Serra, sua localização geográfica, a importância histórica da Serra para a região, a preservação do espaço com sua fauna e flora, enfim, todo potencial pedagógico que a Serra tem a oferecer.

Como resultado do trabalho foi promovido um Seminário Integrador e apresentado Painel com fotos e registros feitos por professores e estudantes.

Escola Municipal Maria Salete Ribeiro- Centro Ipanguaçu/RN/BR, Estudo sobre a Casa Forte localizada em Lagoa de Pedra

Atividade semelhante ao que foi proposto para os estudantes do ensino médio da Escola Estadual Joao Francisco da Costa, só que os estudantes que participaram desta vez eram de turmas de 6º ao 9º ano. Por isso foram trabalhados os mesmos conteúdos: História do Rio Grande do Norte e do Brasil, Geografia em relação a ocupação espacial, Meio Ambiente pela importância da preservação da mata existente, a ocupação portuguesa, a preservação de indígenas na região e o coronelismo. O produto final da atividade aconteceu com um Seminário Integrador.

Estudo sobre a Casa Grande do Major Montenegro localizada na Comunidade de Picada - Participação dos estudantes da Escola Estadual João Francisco da Costa – Comunidade de Arapuá – Ipanguaçu/RN/BR.

Esta atividade foi coordenada pelo professor e estudantes da 1ª, 2ª e 3ª série do Ensino Médio da Escola acima citada e foi programada dentro do Mini-Projeto:

CONHECENDO OS PONTOS HISTÓRICOS DE IPANGUAÇU/RN/BR, durante o mês de **Agosto do ano de 2015**. A Escola beneficiada com esta ação foi a **Escola Estadual João Francisco da Costa**, localizada em Arapuá na cidade de Ipanguaçu/RN/BR, com a visita à Casa Grande do Major Montenegro foi providencial para que o entendimento da visita a outros espaços pudesse ser acompanhada de uma melhor compreensão, uma vez que foi a presença dos portugueses na região que levaram os indígenas ao desaparecimento, por meio do extermínio das tribos que viviam nessa região.

Após apresentar a proposta aos estudantes montou-se o cronograma de atividades e se decidiu que os resultados seriam apresentados pelos estudantes da 1ª série em uma turma de 8º ano e os estudantes da 2ª série

apresentariam para estudantes do 9º ano da mesma escola, em forma de Seminário. Aos estudantes da 3ª série do ensino médio foi determinada a função de redigirem o Relatório de todo processo para apresentarem para toda a escola. Foram trabalhados conteúdos de História do Rio Grande do Norte e do Brasil e Geografia em relação a ocupação espacial, Meio Ambiente pela importância da preservação da mata existente, a ocupação portuguesa, a presença de indígenas na região e os possíveis materiais arqueológicos aí existentes, a Escravidão no Município de Ipanguaçu/RN/BR e o Coronelismo, uma vez que a visita da aula de campo realizou-se na Casa localizada em Lagoa de Pedra e sobre ela Sobrinho (2015) afirma:

É possível que Maria Cesar tenha construído a Casa Forte ou Fazenda de Lagoa de Pedra em Ipanguaçu/RN, pela quantidade de escravos que tinha em seu poder, e a um detalhe na Casa que chama atenção: o quarto escuro ou de castigo, como é conhecido hoje pela comunidade onde está situada a mesma, que seria destinada ao castigo dos escravos.

Outros fatos históricos foram abordados durante a aula de campo num lugar tão rico de detalhes e informações que são complementadas pelos conteúdos curriculares propostos nos livros didáticos.

O valor pedagógico da atividade refletiu-se durante a socialização feita pelos estudantes do ensino médio em duas turmas: de 8º e 9º anos. A aprendizagem da importância que tem os pontos históricos de Ipanguaçu/RN/BR e a necessidade de se manter viva essa história que deverá ser transmitida para as novas gerações proporcionou a todos um compromisso acadêmico de fazer com que os municípios conheçam e passem também a valorizar o potencial histórico e turístico do município, numa visão interdisciplinar.

É por meio dos estudos realizados nesta casa que se pode ver a possibilidade de, além de existirem escravos negros, pode ter havido também a tentativa de escravização dos indígenas para o trabalho da Casa Forte, já que os registros feitos por eles na região de Lagoa de Pedra demonstram traços de uma história de lutas pelo domínio do espaço existente e que foi invadido pelos Portugueses e Espanhóis. Ressalta-se também a importância desse espaço geográfico que contém material arqueológico que muito podem contribuir para uma melhor compreensão da história da colonização da região e, conseqüentemente, da vida dos índios que aqui habitavam.

Com a visita dar-se-ia uma visão mais analítico-crítica da situação vivida pelos povos indígenas, seja na sua história, propriamente dita, seja nas descobertas arqueológicas advindas dos fatos acontecidos em função

das frequentes batalhas travadas entre os chamados colonizadores e os verdadeiros donos da terra.

Visita de estudo na Casa Forte localizada em Lagoa de Pedra – Participação dos Alunos do Ensino Médio da Escola Estadual João Francisco da Costa – Ipanguaçu/RN/BR

As atividades do Projeto tiveram continuidade com uma aula de campo para estudantes do Ensino Médio, como segunda atividade proposta para a Escola Estadual João Francisco da Costa e foram trabalhados conteúdos relacionados à: História do Rio Grande do Norte e do Brasil, Geografia em relação a ocupação espacial, Meio Ambiente pela importância da preservação da mata existente, a ocupação portuguesa, a presença de indígenas na região e o Coronelismo. O produto final da atividade aconteceu com um Seminário Integrador. Mais uma vez, o ponto basilar da atividade era a preparação para que se fizesse a relação entre a Casa Forte, a Lagoa de Pedra e o Sítio Arqueológico Indígena ali existente.

Estudo sobre a Casa Forte Localizada em Lagoa de Pedra – Escola Municipal João Targino Nobre – Comunidade de Língua de Vaca – Ipanguaçu/RN /BR

Dessa vez, a atividade proposta se inseriu em um projeto maior da Escola: “CULTURA E IDENTIDADE AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA”, cuja culminância aconteceu no dia **29 de março de 2012**, com o objetivo de “Valorizar a cultura Afro-Brasileira local para conhecer melhor a comunidade em relação às etnias, resgatando valores e costumes, bem como as contribuições sócio-culturais dessas etnias para a comunidade. Com esse projeto a Escola colaborou para que o município ganhasse o **Selo Unicef**.

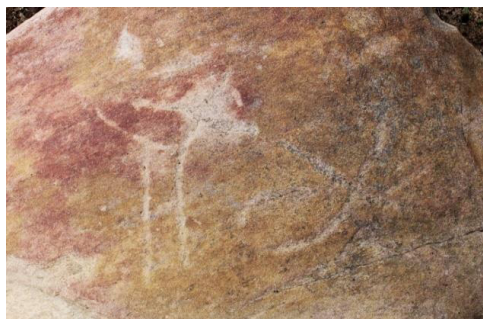
Os aspectos teórico-metodológicos da atividade seguiram a mesma proposta que já vinha sendo trabalhada com as outras escolas: preparação do projeto, aula de campo e realização de Seminário para apresentação dos resultados e produção de relatórios.

Sítio Arqueológico de Cachoeirinha –Luzeiro- Ipanguaçu/RN/BR

Fotografias 1: Gravura zoomorfica



Fotografia 2: Gravura de Ema



Fotografias 3: Gravura Antropomórfica



Fotografia 2: Gravura de Gravismo



Fonte: SOBRINHO, F. Janildo, 2019, p. 24

Fotografia 5: Inscrições Itacoatiaras



Fotografia 6: Inscrições Itacoatiaras



Fonte: Moura, 2013 apud SOBRINHO, F. Janildo, 2019, p. 95

A historiografia do Rio Grande do Norte, bem como a arqueologia, mantém estreita relação com o trabalho realizado no espaço do Turismo Rural de Ipanguaçu/RN/BR, para estudantes das Escolas Públicas de Ensino Fundamental e Médio, ligado às questões de posse de terras, de povoamento, colonização, formação histórica e registros arqueológicos do Rio Grande do Norte.

São essas questões de posse de terras, povoamento, colonização, formação histórica e registros arqueológicos que remetem à indicação de quem seriam os verdadeiros donos da terra da Capitania do Rio Grande do Norte: os indígenas, que merecem referência sobre sua organização, costumes e relação com os colonizadores na região da Ribeira do Açu/RN/BR, especificamente.

O atual Estado do Rio Grande do Norte era, na época da colonização, habitado por numerosas tribos indígenas, filiados aos Tapuias e Tupi-Guarani, de acordo com as informações de historiadores regionalistas tradicionais como ESTEVÃO PINTO, LUÍS DA CÂMARA CASCUDO E TARCÍSO MEDEIROS.

Essa divisão em dois grupos, feita pelos primeiros estudiosos, objetivava reunir os indígenas em quadros sistemáticos, observando inicialmente os caracteres linguísticos e de certo modo, também as semelhanças culturais notadas.

O grupo Tupi incluía as tribos que utilizavam idioma semelhante ao falado ao longo da costa oriental, e tinham costume e hábitos comuns à maioria dos indígenas que habitavam aquele trecho da costa brasileira.

Já o grupo dos Tapuias, era constituído por bandos que habitavam o interior e usavam uma língua que por ser diferente era chamada de "língua travada", considerados como bárbaros. Distanciavam-se dos Tupi tanto do ponto de vista ético como do linguístico.

O litoral do Rio Grande, entre a Paraíba e o Ceará, era habitado pelos Potiguares do grupo dos tupi, enquanto o interior era o habitat dos Cariris e Tarairius, do grupo dos tapuias, estendendo-se no sertão nordestino, desde o rio São Francisco até o rio Parnaíba.

Os primeiros contatos do homem branco (Espanhóis, Franceses e Portugueses) com os índios da região, foram feitos com Potiguares que habitaram o litoral. O conhecimento com outros grupos só ocorreu, quando se desenvolveu o processo de interiorização do povoamento, destacando-se nesse contexto os Cariris, ou Kiriris e Tarairius, estes últimos, moradores das terras que margeiam o rio Açu/RN/BR, que atravessa e divide o Estado em duas áreas (MEDEIROS,1985).

Tarcísio Medeiros (1985) usando como fonte FREI VICENTE DO SALVADOR (História do Brasil, 1500-1627), além de anotações de Capistrano de Abreu, informa que podem ter sido os Cariris os primeiros habitantes do litoral do Brasil no Nordeste, empurrados para o interior pelos Potiguares, antes da chegada dos Europeus.

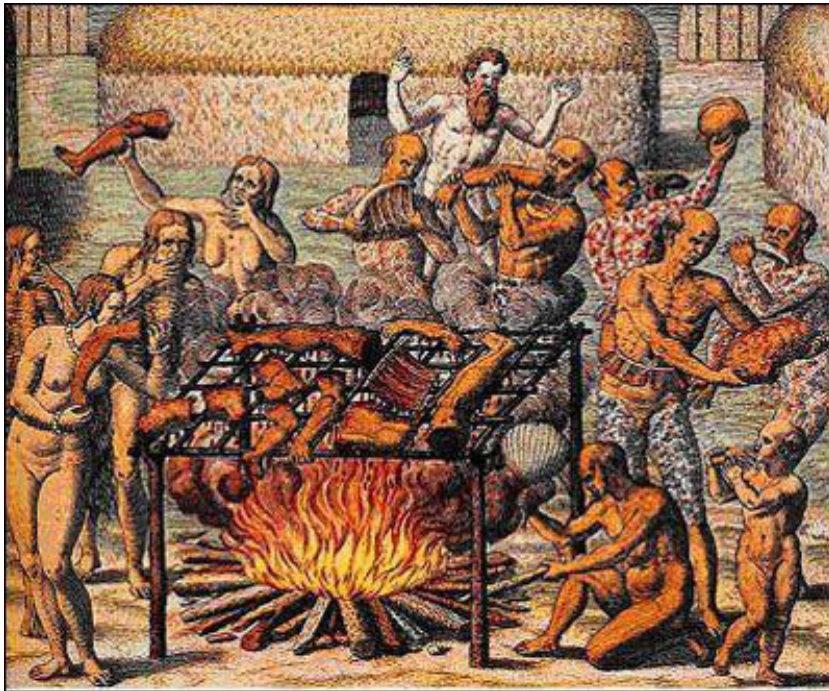
Para o conhecimento dos Tapuias da região do Açu/RN/BR, merece destaque como referência bibliográfica, entre outros, o trabalho de OLAVO DE MEDEIROS FILHO sobre **os Índios do Açu e Seridó**, que tomou como fontes os documentos do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte e os escritos dos cronistas flamengos (Elias Herckman, Roulou Barro, Piso Marcgrave, Baleu, Nieuhof) para recuperar a história desses índios, seus usos e costumes.

Moura (2003, p. 62) afirma serem os tapuias e os tupis “índios canibais” com costumes bem estranhos para nós: os tupis, por exemplo, mantinham “cativos os inimigos capturados vivos para serem sacrificados num grande banquete, numa festa ritualística”. Já os tapuias, tinham a cultura de, quando morria um dos seus, fazer a divisão das partes do corpo entre os parentes. Interessante era como eles faziam esta partilha: “As fatias mais importantes (como a cabeça) eram dadas aos familiares mais próximos. Os ossos e os cabelos eram expostos ao sol ou torrados a fogo, depois triturados e misturados nas comidas e bebidas”.

A tribo dos tarairiús também se alimentavam dos corpos dos parentes num ritual de canibalismo funerário, bem como dos corpos dos inimigos, sendo que estes últimos eles comiam com voracidade e demonstração de fúria, depois de assados numa fogueira.

FREI VICENTE DE SALVADOR (apud MOURA, 2003, p. 62) disse que os índios do Brasil eram “todos de cor castanha, sem barba e só se distinguem em serem uns mais bárbaros que outros”. Os mais agressivos eram os tapuias, “dos quais há muitas castas de diversos nomes, diversas línguas, e inimigos uns dos outros. [...] não há animal ou fera que coma outra de sua espécie, como estes alarves, que comem uns aos outros, os parentes aos parentes, pais e mães aos filhos, e os filhos aos pais e mães...”

Antropofagia – Ritual de Canibalismo



Fonte: SÓ HISTÓRIA, 2009 apud SOBRINHO F. Janildo, 2019, p. 55

Do ponto de vista da historiografia regional sobre o mesmo tema, vale destacar os estudos de AFONSO DE TAUNAY, CARLOS STUDART, pai e filho, e TOMÁS POMPEU SOBRINHO, que trazem grande contribuição para o conhecimento dos indígenas do Ceará e Nordeste Brasileiro.

Uma das informações mais antigas (1607) sobre os Tapuias na Capitania do Rio Grande, provavelmente de um dos padres da região, refere-se a duas nações com grande número de gente, moradores do interior, muito distante do litoral (MEDEIROS FILHO, 1984).

Inimigos dos Portugueses e dos tabajaras, divididos em diversas tribos diferentes tantos pela língua como pela denominação, os tapuias tinham como nações mais importantes os Cariris e os Tarairius.

A região do Açu/RN era habitada por índios tapuias da nação Tarairius, cuja aldeia principal, chefiada por Jandui, ficava em local conhecido como “Fura Boca”, distante meia légua da cidade de Açu/RN.

Sobre os Tarairius, CARLOS STUDART FILHO informa que eram grandes andarilhos, passavam, o tempo ao léu, não possuindo aldeias ou lugares certos para fixação de moradias. Suas casas eram apenas simples abrigos

contra o sol e a chuva. Viviam mais da caça, da pesca e da colheita, procurando as praias na época do caju.

Por outro lado há outras informações de que, no território habitado pelos os Janduias, Paiacus, Canindés, Jenipapos e outros, foram encontrados vasos de pedra polida e resistente, relativamente pesados o que significa que não eram tão atrasados.

Com relação ao seu nomadismo a explicação deixada pelos Holandeses era que se devia ao fato deles viverem, por esse tempo em plena guerra, não lhes sendo possível, como observa POMPEU SOBRINHO, que conduzissem consigo potes, pilões e outros utensílios difíceis de serem transportados (MEDEIROS FILHO,1984).

É conveniente ressaltar que esse grupo vivia em terras sujeitas, em geral, as secas, o que os forçava muitas vezes a viajar dois ou três dias em busca de água. As condições pouco favoráveis da região impeliam, em consequência, às migrações, que muitas vezes motivavam a separação do grupo.

Descrevendo os hábitos alimentares dos tapuias, HERCKMAN informa que os mesmos levavam uma vida “inteiramente bestial e descuidada”. Não semeiam nem plantavam, nem procuram fazer provisão de viveres.

NIEUHOF deixou informações sobre as plantações de mandioca que faziam, que constituía sua alimentação, além de frutos, raízes, ervas, animais selvagens e mel silvestre recolhido do oco das árvores.

O peixe também fazia parte da alimentação dos índios da região, informando BARLEU que, “quando trovejava e sobrava fortemente o vento, havia uma abundantíssima pescaria de peixes na lagoa Bajatach” (atual Piató) (MEDEIROS FILHO,1984).

MARCGRAVE confirma essa informação com o registro de que quando os rios transbordavam nas invernações de Março e Abril, os índios apanhavam tantos peixes que era difícil a sua condução para os acampamentos.

Passada a época dos temporais, voltavam-se para as atividades agrícolas, plantando o milho, abóbora e legumes vários.

A atual região do Açu/RN, território do rei Jandui e sua gente eram, conforme as informações de MARCGRAVE, “muito ameno e suficiente para fornecer alimento aos homens”. A região era rica não somente em animais silvestres como em frutas, existindo uma grande variedade que servia de alimento aos seus habitantes.

Esse é o indígena da região do Açu/RN, que depois de 1662 começou a se rebelar contra os colonizadores, num conflito de longa duração, para o

qual o governo recorre aos Paulistas para combater o que ficou conhecido na história como a “Confederação dos Cariris”.

CASCUDO explica o início desse movimento como consequência das constantes capturas dos indígenas pelos colonos, para fazer o trabalho dos escravos, uma vez que não tinham recurso para aquisição dos negros. Essa escravidão, à revelia do Governo geral, ocorria em estado latente, esperando o colono que o Governo decretasse uma guerra justa contra certas tribos. Para tantos as provocações em séries que sofrem os índios vão empurrando-os para a rebeldia armada, depredadora, que justificaria juridicamente decretação de uma guerra justa.

Nesse contexto a Ribeira do Açu/RN é a área considerada mais perigosa, com a concentração dos Janduis que se movimentam hostilmente contra colonos. Açu/RN tornou-se o foco dos combates, para lá se dirigindo **Domingos Jorge Velho**, o terço dos Paulistas, até chegar a vez de **Bernardo Vieira de Melo**, que em Abril de 1696, funda pessoalmente o Arraial de Nossa Senhora dos Prazeres do Açu/RN. Somente então, volta lentamente a paz na capitania (CASCUDO,1955).

Tratando-se especificamente da região da Várzea do Açu/RN, aqui habitavam os Tarairius que se espalhavam do Ceará ao rio São Francisco. Segundo Jacob Rabbi, o acampamento principal do rei Janduí ficava localizado no rio Otschunogh (Açu), cujo vale recebia o nome de Kuniangeya. Nas laterais do rio, nas proximidades daquele acampamento ficavam as lagoas Bayatagh (Piató) e Igtug (Itu, ou Ponta Grande). Segundo o relato dos antigos cronistas, os tapuias ocupavam as terras do Sertão Semiárido do Nordeste. A Capitania do Rio Grande era o epicentro do domínio dos tarairiús, que ali habitavam nas bacias dos rios Açu/RN, Apodi e respectivos afluentes.

Fotografia 7: Lagoa de Piató III (Ipanguaçu/RN)



Fotografia 8 - Lagoa de Itú, ou Ponta Grande



FONTE: MAPCARTA, [200?] apud SOBRINHO, F. Janildo, 2019, p. 58

Nesse contexto histórico, podemos questionar: Como fomos colonizados? Essa pergunta todo estudioso, sobretudo do período da Capitania, ou fase de colonização Portuguesa, tem procurado responder de forma satisfatória, capaz também de resolver se houveram bons ou indiferentes propósitos na administração de Portugal, por 322 anos, no Brasil.

Várias explicações, pró e contra, têm sido dadas, todas ao sabor de interpretações diversas, quer quanto à aplicação do fato histórico à época em que ocorreu; quer resultante da aplicação do direito vigente ao tempo das Ordenações Manuelinas e Filipinas; senão um meio extremo e necessário para conservar a terra descoberta a qualquer preço, a qual, se ocupada por ato de conquista de outra nação, esta poderia adquirir o domínio definitivo pela regra do *jus gentium* advinda do Direito Romano, então vigente entre as nações.

O Rio Grande, conhecido a princípio pelo nome de rio dos Tapuias, mais tarde pelo de Potengi, finalmente de Capitania do Rio Grande, a cinco graus da linha equinocial, era, antes da conquista e soberania Portuguesa, o ponto convergente dos que navegavam d'além mar, especialmente desses aventureiros que, abastecendo-se com os Índios Potiguares do que precisavam, seguiam depois seu destino pelas costas do Brasil; senão o melhor abrigo de todas as naus e caravelas, batidas pelos temporais, desgarradas, à deriva, para reparo de suas avarias, agudas e reabastecimentos, trazidos em face dos ventos e correntes marítimas peculiares à região.

Da divisão do Brasil em Capitanias coube o que seria a do Rio Grande, depois do Norte, um quinhão de cem léguas a ser dividido entre JOÃO DE BARROS, Feitor da Casa de Mina e da Índia, com honras de desembargador, renomado historiador e intelectual renascentista, e AYRES DA CUNHA, fidalgo vitorioso na Índia e comandante de esquadra que patrulhava as águas do Atlântico perseguindo corsários e flibusteiros.

Segundo NESTOR LIMA, foi levantado um arraial à margem esquerda do rio Açu a uma distância de seis léguas ao norte da atual cidade do mesmo nome, subsistindo o topônimo ARRAIAL.

As terras doadas, medindo quinta léguas em quadra, principiavam da embocadura do rio das Conchas, um dos braços do Açu/RN, até a lagoa do Piató; daí, tomando a direção do nascente, com outras quinze léguas; declinando a reta para o norte, atingido o litoral em um marco de pedra, localizado um pouco acima do lugar Caiçara de Touros/RN.

Pelo histórico de uma sesmaria concedida aos 3 de Março de 1676, no governo de Antônio Vaz Gondim, a Domingos Fernandes de Araújo e

outros heréus, verifica-se que na Ribeira do rio Açú já fora concedida uma outra data, anteriormente, cujo beneficiário foi o capitão Teodósio da Rocha. Infelizmente, na documentação existente no nosso Instituto Histórico, relativo às datas e sesmarias não restaram referências à concessão feita a Teodósio.

Voltando à data e sesmaria concedida em 1676, media a mesma trinta e cinco léguas de extensão, por seis de largura, no rio Assinum (como então era denominado o rio Açú), repartida entre os beneficiários Domingos Fernandes de Araújo, Manoel Afonso Fragoso, capitão Gonçalo Leitão Arnosso, Bento da Costa de Brito, alferes Manoel de Amorim, alferes António Lopes Lisboa e o alferes Luiz Brito Bezerra. Tocaram, pois, a cada beneficiário, cinco léguas de comprimento, com a largura de seis léguas.

A experiência constatou, em bem pouco prazo, que a concessão de imensas áreas, a título de data e sesmaria, a um reduzido número de favorecidos, não correspondia aos anseios de “aumentar-se a fazenda real”. Além do mais, tal política gerava insatisfação nos criadores, que desejavam expandir seus rebanhos e que, para tal, pretendiam a aquisição de terras, deparando-se com as mesmas em poder de um reduzido número de proprietários.

Em 2 de julho de 1689, já o senado da Câmara de Natal encaminhava à metrópole uma “Instrução e Memorial”, em que arrazoava:

[...] e há sujeito que possui vinte, e trinta léguas, sem ter cabedal para as povoar e alguns moradores desta Capitania estão sem ter nenhuma, e demais disto há uma grande confusão nas demarcações, e domínios, de que resultam dúvidas nesses sertões donde por estar distante o governo, e justiça, se averiguam as pelouradas: e tem por essa causa procedido muitas mortes, o que sua Majestade por serviço de Deus deve evitar, mandando que o ouvidor geral destas capitanias, e ministro que for servido tome conhecimento desta matéria, vendo as terras que há, e repartindo-as respectivamente pelas pessoas desta Capitania que tem servido a sua Majestade com tanto desvelo, á sua custa em toda esta guerra do gentio bárbaro, e está atualmente suprindo com suas fazendas; tirando-se das pessoas que das mais Capitanias as tem pedido, pois não parece razão que a maior parte desta, a esteja defendendo, derramando sangue e continuamente com as armas na mão, havendo muitos que perderam as vidas, e o mais tudo quando possuíam, com que estão todos em miserável estado, e com estas terras os pode sua Majestade premiar, e não permitir que as logrem aqueles que vivem em outras partes abastados de bens sem as deferem como os mais e deste modo não lograrão uns tudo

e outros nada, sendo todos vassallos. (MADEIRO FILHO, 1984, p.100)

Cumprindo instruções superiores, publicou-se um bando, em que se determinava a demarcação, medição e povoamento das datas e sesmarias. Exigia a Corte a observância da taxa máxima de três léguas de extensão, por uma de largura, conforme a limitava o respectivo regimento em vigor.

Finalmente, a carta régia de 20 de novembro de 1699 estabeleceu que o excesso das três léguas de terras, por uma de largura, ou légua e meia em quadra, seria novamente distribuído com as pessoas que o denunciasses, exceto se o proprietário houvesse efetivamente povoado e cultivado os seus latifúndios.

Tal providência abriu margem a que centenas de requerimentos fossem encaminhados aos Capitães-Mores, eficazmente o povoamento dos sertões

Começava a surgir a Ribeira do Açu/RN e sua relação histórica com regiões circunvizinhas, entre as quais se inseria Macau/RN, pois, em 1605, Matias e Antônio de Albuquerque receberam uma sesmaria, doada por seu pai, Capitão-Mor do Rio Grande, Jerônimo de Albuquerque, que abrangia a região que futuramente pertenceria a Macau/RN. Porém só foram exploradas as salinas naturais de Galinhos/RN e Guamaré/RN, identificada nos mapas do Brasil do século 17 como as “Grandes Salinas”.

Esta Ribeira localiza-se no interior da Capitania do Rio Grande e é citada por Marcgrave que fala do Lago Bajatagh mencionado como sendo a presente Lagoa do Piató, próximo à cidade do Açu/RN e estende-se até a nascente de Bajatagh, onde encontramos a Lagoa de Itu, ou Ponta Grande, localizada na propriedade rural que pertenceu à família Montenegro em Ipanguaçu/RN/BR. A descrição supra foi escrita antes do ano de 1644.

No trabalho de dissertação da pós-graduação *stricto sensu*, foram entrevistados 4 (quatro) pessoas ligadas à pesquisa histórica e local que, quando questionadas sobre o conhecimento do Sítio Arqueológico de Cachoeirinha tiveram o seguinte posicionamento:

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sair da “zona de conforto” pedagógico nem sempre é fácil, pois exige do professor e dos estudantes um compromisso bem maior com a prática do ensinar e do aprender cotidianamente, no entanto, os benefícios que podem advir quando se sai desta zona podem ser fundamentais para a aprendizagem significativa e de qualidade.

A opção de deixar essa zona de conforto pedagógico se deu a partir do momento que se fez opção por inserir, no programa da disciplina História Geral e do Brasil, o projeto de realização do **Turismo Rural Pedagógico**, para oportunizar aos estudantes de 6º ao 9º ano e do ensino médio das Redes Estadual e Municipal de Ipanguaçu/RN, vivenciarem a experiência de participarem de aulas de campo seguindo um roteiro turístico que lhes possibilitaria aprender, além dos conteúdos específicos da disciplina que constam nos livros didáticos distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, a história da colonização da Ribeira do Açu/RN e de como se deu a ocupação dos espaços habitados pelos índios Janduis e outras tribos que habitavam neste espaço e que tiveram que dividir este espaço com Europeus que aqui estiveram, mesmo antes da chegada de BERNARDO VIEIRA, fundador da cidade de Açu/RN.

Posto estas considerações e realizado o trabalho com a execução das atividades previstas no Projeto **“Turismo Rural de Ipanguaçu: Possibilidades para o Trabalho Pedagógico”**, chega-se às seguintes conclusões:

1. A história local insere-se em um contexto mais amplo e contribui para a compreensão da história regional e nacional;
2. Realizar aulas de campo oportuniza aos estudantes a vivência de uma aprendizagem interativa e significativa;
3. O Turismo Rural de Ipanguaçu/RN se constitui em uma estratégia rica de possibilidades de ensino e aprendizagem e deve ser usado pelos professores das Redes Públicas Estadual e Municipal para melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem dos estudantes de 6º ao 9º ano e ensino médio.
4. O Complexo Turístico é importante para a ampliação do conhecimento arqueológico e histórico numa perspectiva interdisciplinar enquanto instrumento de aprendizagem significativa e aprofundamento dos saberes sobre a história local e regional;
5. A disseminação dos estudos arqueológicos é também papel da escola e dos professores que precisam enxergar a potencialidade desta área do conhecimento para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem de crianças e jovens.

Enfim, pode-se afirmar que esta atividade deverá ter continuidade e ser ampliada, a fim de que não somente os estudantes de Ipanguaçu/RN, mas os estudantes da Região do Vale do Açu/RN tenham acesso a este acervo

histórico e arqueológico tão importante para o conhecimento da história e formação dos povos da Ribeira do Açu/RN.

REFERÊNCIAS

CASCUDO, Luiz da Câmara. **História da República no Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Edições do Val Ltda, 1965.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. Natal/RN: EDUFRN, 2000.

SOBRINHO, Francisco. Janildo. **Dos Donos da terra à Ocupação Portuguesa: a Ribeira do Açu/RN no Século XVII**: Um Avanço na Educação Contemporânea, Dissertação de Mestrado. Asunción/Py: UNASUR. s.e., 2016.

_____. Ipanguaçu: Dos Donos da terra à ocupação Portuguesa, 1 ed. Libellus Editorial: João Pessoa, 2019. ISBN 978-85-92665-45-6.

SILVEIRA, Celso Dantas da. **Assu, Gente, Natureza e História**. Editora Boa Água; Natal/RN, 1995.

MARGREVE, Jorge. **História Natural do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1942.

MEDEIROS, Tarcísio. **Estados de história do Rio Grande do Norte**. Natal: Tipografia Santa Cruz, 2001.

MEDEIROS, Olavo de. Ribeiras do Açu e Mossoró: Fundação Vint-um Rosado, V. 1360, 1984. (Coleção Mossoroense/Série “ C”)

MOURA, Getúlio. **Um rio Grande e Macau: Cronologia da história geral**. Natal: G. Moura.